

Este artigo analisa a vulgarização de determinadas afirmações que se instalaram como chavões, no discurso pedagógico. As consequências negativas dessa vulgarização têm se revelado num esvaziamento da escola enquanto instituição responsável pela transmissão do conhecimento formal.

Palavras-chave: escola
- discurso pedagógico - História

This article analyzes the vulgarization of determinate affirmations that have been installed, as keywords, in the pedagogical discourse. The negative consequences of this vulgarization have resulted in the evacuation of the school as an institution responsible for the transmission of formal knowledge.

*Keywords: School
- pedagogical discourse - history*

O PROFESSOR DECRETA

*Lígia Regina Klein**

A história humana, caldeirão efervescente onde as mudanças nunca cessam, sempre nos reserva surpresas. A cada momento, verdades que pareciam definitivamente fincadas em solo firme se esboroam diante dos fatos.

Por isso, tenho pensado se não é hora de rever aquela velha afirmação de que nenhuma classe, nenhuma corporação, nenhum grupo quer morrer. Até agora, seja entre aqueles dados à leitura dos clássicos, seja entre as pessoas que apenas cultivam o senso comum, tinha-se como irrefutável esta assertiva.

Ela nos foi sobejamente comprovada através de várias situações a que nossa geração ainda pôde assistir. Ocorreu, e vimos com nossos próprios olhos, a morte lenta de várias figuras que ~~povoraram~~ a vida pacata das cidades de interior, ou, mesmo, a vida agitada de cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo do início do século. Lembremos, por exemplo, como a sala do alfaiate deixou lentamente de ser procurada pelos antigos clientes, atraídos, de forma cada vez mais irresistível, pela variedade de modelos e tecidos, pelo preço mais barato, pela possibilidade de não ter de esperar um mês inteiro pelo produto, pela certeza de que o terno estaria bem ajustado - por todas as vantagens, enfim, com que a indústria começava a

*Professora assistente do Departamento de Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS, doutoranda em História e Filosofia da Educação pela PUC/SP.

O FIM DA ESCOLA

lhes acenar, e que jamais poderiam ser atendidas pela mão operosa e dedicada do alfaiate, no seu labor artesanal.

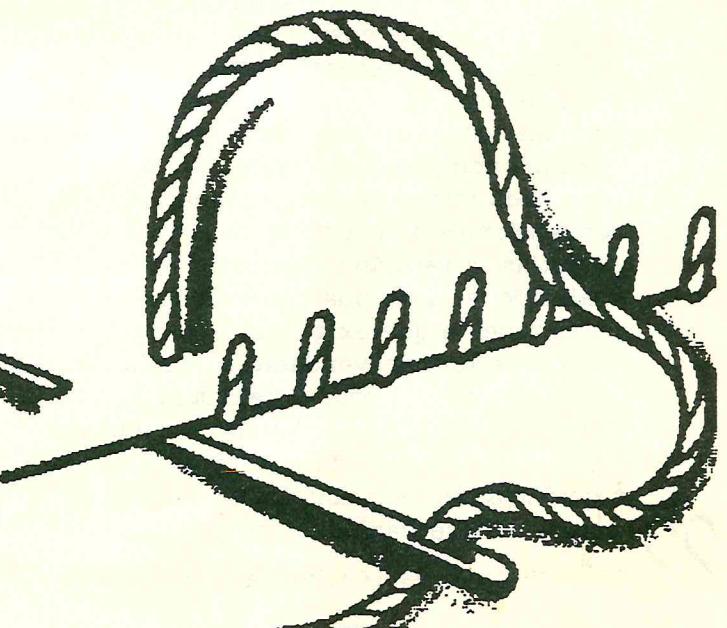
Lembraremos - se procurarmos lá no fundo da memória - como o alfaiate da nossa rua foi minguando, à medida que minguavam os fregueses. Como se empobrecia e se desesperava. E como foi progressivamente obrigado a modificar seu trabalho, dedicando-se a aplicar ilhoses e a fazer consertos, até, finalmente, aposentar-se ou transformar-se em operário de uma fábrica de roupas qualquer.

Esse alfaiate não se entregou sem luta à sua nova condição. Testemunhamos o quanto, à sua maneira e dentro das suas possibilidades, tentou desesperadamente manter-se como alfaiate.

Hoje mesmo, parecia-nos, ainda, que - tal como esse alfaiate - todas as classes se empenhavam em manter-se, e, mais que isso, em progredir.

Contudo, inaugurando um novo tempo, um segmento significativo do professorado está francamente empenhado em matar-se, enquanto categoria profissional, posto que se esforça por matar a escola.

Para ilustrar esta afirmação analisaremos apenas alguns princípios do extenso rol que esses educadores diligentemente estão a defender junto à sociedade.



P rimeiro

.....

O ensino deve ser centrado no cotidiano da criança, ou seja, é preciso trazer o cotidiano para a sala de aula.

Ninguém nega que o cotidiano, ou seja, o exercício prático da vida diária, é a “escola” mais efetiva. Aprendemos quase tudo na vida cotidiana. Ela é rica em experiências e impõe necessidades de uma forma tão reiterada que é praticamente impossível não aprender aquilo que nela está presente. Mas, se o cotidiano é tão bom mestre - e ele de fato o é - por que precisamos de escola? A resposta comporta duas razões: ou porque aquilo que queremos aprender não está presente no nosso cotidiano, ou porque está presente numa forma não imediatamente compreensível.

Exemplifiquemos com a aquisição da língua. Ninguém vai à escola para aprender a falar a língua materna. Ela está presente no cotidiano de uma forma tal que toda criança aprende. Contudo, se a criança quer aprender uma língua estrangeira, ela terá de, ou mudar-se para o país de origem daquela língua e viver lá um cotidiano onde tal língua está presente, ou poderá - maravilha da invenção humana - ir a uma escola que lhe ensine língua estrangeira. Ou, para ampliar o exemplo, se quer aprender a língua escrita - que é outra coisa que apreendê-la na oralidade - não há dúvida de que só poderá fazê-lo pela interferência sistemática de alguém que domine a escrita e se disponha a desenvolver, com a criança, uma atividade de ensino. Esta atividade sistematizada é necessária porque a forma como os homens utilizam a escrita no seu cotidiano constitui a síntese de um processo bastante complexo de elaboração social de uma dada forma de convencionalidade. Essa convencionalidade contém, de forma embutida, a relação da escrita com a oralidade, relação que não é facilmente perceptível, e que exige sua explicitação por quem já a tem desvendada. A escola, ao preparar-se para esta sistematização, institui-se como um ambiente privilegiado para o aprendizado da escrita, pois a existência de abundante material escrito, e mesmo a observação do uso cotidiano da

escrita, não são suficientes para que se possa aprendê-la sem a participação ativa de alguém que a ensine.

Ou seja, o que se espera da escola é exatamente a capacidade de trabalhar com algo que não está no cotidiano da criança. Aliás, é esta, inclusive, uma das mais importantes razões de existência da escola: ampliar os horizontes, permitir que o aluno supere indefinidamente os limites da sua aldeia. Lembremos, aqui, de uma figura conhecida do cenário político atual: a deputada Benedita da Silva. Justamente para poder colocar-se, segundo ela acredita, em defesa dos seus iguais - cuja “realidade” conhecia muito bem pelo simples partilhar do cotidiano - ela precisou ir além da favela e aprender, fora do seu ambiente imediato, a falar um português castiço e claro, que lhe permite enfrentar os desafios da imprensa e dos seus pares no Congresso, a decifrar a enigmática numerologia do mundo econômico, a destrinçar a geografia política do país e portar-se “comme il faut”.

Vejamos, ainda, um segundo exemplo de outra natureza. Os fatos matemáticos e o exercício do cálculo matemático estão presentes no cotidiano das pessoas em geral: os adultos compararam preços, pagam, recebem troco, contam, medem, somam, multiplicam, dividem e subtraem. Imaginemos uma cena de supermercado: a mãe, acompanhada da criança, chega, olha os produtos, lê as etiquetas de preços, compara-os, e, concluída a compra, dirige-se ao caixa. Lá, o funcionário olha as etiquetas, digita-as, soma tudo e apresenta o valor à compradora, que faz o pagamento e, se for o caso, recebe o troco.

É evidente que nesta cena estão implícitas várias situações de uso da matemática. Contudo, o processo de cálculo se passa no pensamento da mãe e do funcionário, não

sendo externalizado senão nas suas sínteses: "este custa menos", "somou 43 reais", "o seu troco são 2 reais"...

Esta forma cotidiana de uso da matemática - onde não se verbaliza o raciocínio matemático, mas apenas elementos isolados

e sínteses - não permite à criança a compreensão do processo matemático. Esta é uma das razões, entre tantas outras, por que a sociedade produziu a escola: para que lá se desvendem, para as crianças, os mistérios do cálculo.

Segundo

A escola deve deixar de ser artificial e o conteúdo deve dizer respeito à realidade na qual a criança está efetivamente inserida.

A escola precisa ensinar um conjunto relativamente vasto de conhecimentos que não são acessíveis cotidianamente, e, para tanto, precisa, necessariamente, lançar mão de artifícios para tornar esses conhecimentos presentes e compreensíveis.

Para questionar este segundo princípio, vale o mesmo exemplo da matemática. Se a escola, em relação à matemática, comportar-se como as pessoas se comportam de fato no uso cotidiano do cálculo, estará inviabilizando a aprendizagem.

É preciso que a escola pratique o cálculo de uma forma absolutamente artificial para que a criança a entenda. Ou seja, é preciso que o professor realize atividades matemáticas, partindo de situações encenadas - e, portanto, artificiais - , verbalizando o tempo todo as diferentes situações do processo, para que a criança consiga estabelecer a relação entre o fato matemático, o processo matemático e a nomenclatura própria que os homens convencionaram para esse processo. Ora, matematizar em voz alta, acompanhando o símbolo matemático do objeto a cujas quantidades se refere (dois *lápis* mais quatro *borrachas*...), é um procedimento artificial em relação ao uso comum do cálculo. No entanto esse artifício, entre outros, é fundamental para inserir a criança no mundo matemático.

No que se refere à idéia de que o conteúdo deve referir-se à "realidade do aluno", devo confessar que sempre tive uma certa dificuldade de entender o conteúdo dessa afirmação. É preciso lembrar que, desde que o comércio

transformou a Terra numa aldeia global, existe muito pouca coisa efetivamente relevante que pertença apenas à realidade particular de um pequeno grupo de homens. E estas coisas, quando existem, são suficientemente apreendidas no exercício cotidiano de vida, justamente porque pertencem especificamente "àquela realidade", não sendo, portanto, questões de que a escola deva se ocupar.

Vale lembrar que os conceitos que cabe à escola veicular são aqueles universais, e que, portanto, estão necessariamente presentes em qualquer "realidade", ou seja, em qualquer lugar em que os homens estejam.

Talvez o que se queira dizer é que o professor estaria utilizando uma nomenclatura ou exemplos desconhecidos ou incompreensíveis para a criança. Neste caso, ou o professor faz a adequação de sua explicação à compreensão dos alunos, utilizando linguagem e exemplos compreensíveis, ou, o que é melhor ainda, enriquece a aula explicando não só o conteúdo como a nomenclatura nova e os exemplos por ele utilizados, de modo a ampliar significativamente o conjunto de conhecimentos desses alunos. Não há, de fato, nenhuma necessidade de se revestir de um falso teor filosófico uma questão tão simples de pura falta de didática, a não ser que se queira ocultar a incompetência desse professor ao invés de ajudá-lo a superar seus limites e dificuldades. Este procedimento, convenhamos, é letal para a categoria, porque não há nada mais dispensável nesta sociedade do que um profissional incompetente.



terceiro

O ensino deve partir do "concreto".

Se "concreto" significa "real", é evidente que só podemos concordar com a afirmação. Porém, quer nos parecer que essa frase tem sido empregada com o sentido de "palpável", sensorialmente perceptível. Neste último sentido, nos suscita uma considerável preocupação.

Os animais não precisam aprender nada porque têm uma relação concreta com o mundo exterior, isto é, não precisam pensar. O homem, diferentemente, só se relaciona de modo prático-teórico com as coisas do mundo. A expressão "partir do concreto" implica supor a possibilidade de um momento inicial em que a relação com o mundo objetivo conteria um menor "grau" de pensamento. É possível concordarmos com o fato de que às vezes os homens pensam muito equivocada-

mente, mas não tem nenhuma sustentação a idéia de que se possa, em algum momento, suspender ou abrandar a relação conceitual com os elementos da realidade. A aprendizagem, porque um ato humano, comporta uma relação de compreensão prática-teórica, onde não se vai do concreto para o abstrato, nem vice-versa.

Se admitíssemos a idéia de que nenhum aprendizado prescinde do contato sensorial, caberia perguntar o que faríamos com todos os conceitos que não podem ser "concretizados" fisicamente - e que constituem a maioria do currículo escolar -, como, por exemplo, "história", "fotossíntese", "dinheiro", "grau", "átomo", "país", etc.; seriam simplesmente varridos do currículo porque contrários ao princípio acima?



quarto

A criança aprende pela sua própria atividade, por isso, o professor não deve dar respostas prontas.

A vida, fora da escola, oferece muito mais oportunidades de atividade, mormente para as crianças das classes menos favorecidas economicamente, que, desde tenra idade são lançadas ao rigor das ruas, onde tudo acontece. Assim, a aceitarmos tal preceito, não se justifica a ida à escola, espaço onde, inevitavelmente, as atividades se estreitam; e, como o professor não deve mesmo dar respostas, ou seja, ensinar, menos ainda se justifica a escolarização.

Por outro lado, se acreditamos - e todos, hoje, o afirmam - que o conhecimento é uma elaboração social que expressa a forma que os homens atribuem ao mundo na medida em que, relacionando-se socialmente para a produção da vida, produzem a própria realidade humana, é necessário concordar,

por decorrência, que o conhecimento não está nas coisas e nem nasce espontaneamente na cabeça do aluno. O conhecimento existe apenas nos homens e nas suas relações. É, portanto, na relação com os outros homens, na medida em que incorpora a intrincada rede de relações que constituem uma dada forma humana de ser, que a criança se apropria do conhecimento. Este não é, evidentemente, passível de ser "ditado", mas também não é algo que se "descubra" por um golpe incomum de genialidade. Se entendermos o que é a realidade, enquanto fato social, superando a compreensão reducionista de que ela se resume a algum dado objetivo que pode ser descoberto, facilmente constataremos o absurdo do princípio acima mencionado.



quinto

A escola deve respeitar a espontaneidade, o ritmo natural e a criatividade da criança.

Respeitar o ser humano, eis uma verdadeira exigência moral, que, a mim parecia, jamais seria posta em dúvida. E nada mais contrário a isto, nada mais desumano, nada mais grotesco, que limitar as possibilidades de uma criança, candidata que é à plena humanização, na medida em que, ao invés de lhe impormos o ritmo e o conteúdo de seu tempo, abandonâ-la ao sabor dos primitivos mecanismos de que a natureza a dotou. Como sabemos - e parece que todos sabemos, porque todos afirmamos que o homem é um ser histórico - não somos naturalmente humanos. A produção de um homem é uma árdua e penosa tarefa: ela supõe uma luta ingente contra tudo o que há de natural e espontâneo no indivíduo; ela supõe o lento, difícil e doloroso aprendizado da forma civilizada de ser. A se acreditar na

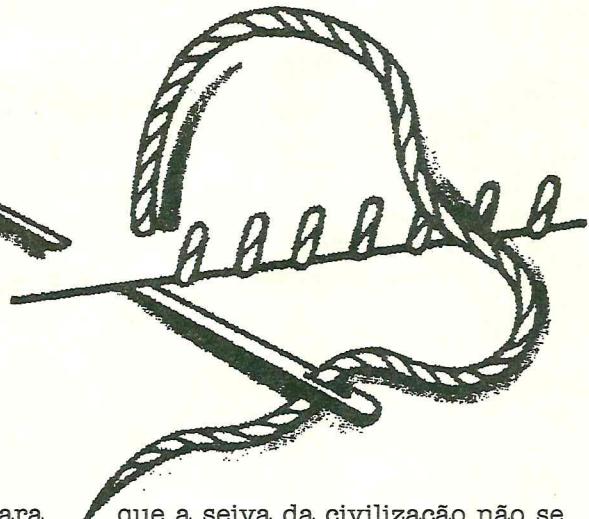
geração espontânea da condição humana, não teríamos ainda nos distanciado da vida simiesca; a se respeitar o ritmo natural da criança, não teríamos ainda saído da infância da humanidade; e, a se respeitar uma pretensa criatividade natural da criança não se teria exposto à disciplina e não se teria jamais produzido, no seio da humanidade, a criatividade extraordinária que tornou sublimes homens como Mozart e Da Vinci.

Sequer aspiramos que todos tenham o porte de um Homero, de um Shakespeare, nos basta que não sejam decadentes, que sejam razoavelmente sábios, judiciosos, competentes.

Para isso, sabemos o quanto de sacrifício, de disciplina, de estudo e de trabalho é necessário.

À guisa de conclusão

É irrefutável que a escola e o professor, tal como são nesta sociedade, haverão de ser tragados, um dia, pelo movimento sempre renovador da história. E desaparecerão, sem dúvida, na trágica convulsão que é a passagem de uma para outra forma social. Contudo, enquanto essa passagem não se houver completado, urge continuarmos nossa empreitada, pregando nossos botões e aplicando nossos ilhoses. É fácil verificar que se, assustados pela morte de alguns alfaiates, todos os demais tivessem renegado a sua tarefa fechando suas portas antes que a indústria se instalasse plenamente, muitos homens por certo teriam, por um bom tempo, de andar esfarrapados ou nus. É necessário muita cautela, portanto, com esta morte da escola, prematuramente induzida pelos próprios professores. Pois,



para que a seiva da civilização não se perca e o obscurantismo não se instale, é preciso que continuemos professorando com competência e sem tergiversações sobre o nosso papel, até que a História nos dispense completamente.

Quando uma categoria profissional comete suicídio de maneira tão explícita é hora de ficarmos atentos, porque uma grande revolução pode estar em curso. E, quando uma revolução acontece, podemos estar saltando para o futuro, ou então, mergulhando no mais sombrio dos mundos: o mundo da barbárie.